TALES FARIA

Jornalista e comentarista de política

Sinais do mercado, o oráculo dos tempos modernos

O Oráculo de Delfos foi o mais importante santuário de adivinhação da Grécia Antiga, consagrado ao deus Apolo e localizado nas encostas do Monte Parnaso. Reis, generais, filósofos e cidadãos comuns do mundo antigo consultavam-no antes de guerras, fundações de colônias e decisões de Estado.

O grande oráculo dos tempos modernos não fica em um templo, como o de Apolo, mas guarda uma sacerdotisa suprema, como a Pítia. O novo oráculo chama-se Mercado. Com a Pítia dos tempos modernos, também traz suas profecias em termos ambíguos e enigmáticos. Às vezes acerta, às vezes nem tanto.

Em momentos de grande tensão, como na Grécia antiga, reis, presidentes, políticos, generais, filósofos e cidadãos comuns se voltam para o mercado como todos se voltavam no passado para o Oráculo de Delfos buscando entender os sinais enigmáticos que que trazia a Pítia.

E assim foi nesta quinta-feira, 22, três dias antes da eleição presidencial mais importante do século. O mercado, que vinha em ascensão, refletindo as seguidas elevações das intenções de voto em Flávio Bolsonaro nas pesquisas de opinião, passou o dia em queda.

O dólar comercial subiu 0,22%, cotado a R$ 5,038, impulsionado pela busca de proteção no exterior e pela proximidade da votação presidencial. O Ibovespa fechou em queda de 1,15%, aos 204.120,12 pontos, pressionado pelos boatos de que o Datafolha traria mais uma queda de Flávio nas pesquisas, ou elevação de Lula.

De fato, a Pítia dos tempos modernos antecipou que o Datafolha veio com o empate de 50% a 50% para Lula e Flávio Bolsonaro nas intenções de voto. Parece que o mercado perdeu um pouco do encantamento pelas idas e vindas das promessas do bolsonarismo, que uma hora fala em acabar com o Bolsa Família, outra hora fala em aumentar o benefício. Que fala em cortar aposentadorias para o ajuste fiscal e depois jura que nunca faria isso.

O sinal do oráculo dos tempos modernos para Flávio Bolsonaro é de que, na ânsia de sair de sua bolha, ele está perdendo a confiança do mercado que já estava decidido a apoiá-lo.

Nesta reta final da campanha, Flávio Bolsonaro tem pela frente o evento mais importante da campanha eleitoral: o debate com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) transmitido pela TV Globo.

Seus marqueteiros cobram que não cometa erros neste momento. A avaliação é de que ele já conseguiu tirar força do desafio de quebra de sigilo, apresentado por Lula no último debate, com a resposta em que aceitou abrir suas contas e cobrou do adversário que também abra as suas, de seus parentes e aliados dentro e fora do governo.

Para o debate, Flávio deverá apresentar um tom mais sério, sem a marca debochada de um Pablo Marçal contra um homem muito mais velho como o presidente Lula. Tentar transmitir confiabilidade e procurar um discurso que não deixe transparecer falta de convicção nas ideias defendidas pelo mercado.

Enfim, voltar à proteção da bolha, e procurar trazer o apoio da chamada terceira via que as pesquisas internas apontam estar se voltando para o adversário.

FERNANDO MOLICA

Jornalista e escritor

A jabuticaba do liberalismo estatal

O recuo de Flávio Bolsonaro (PL) em relação a propostas de cortes de despesas anunciadas por assessores em entrevistas e em conversas no breu das tocas do mercado comprova que boa parte dos brasileiros defende um sistema particular — uma espécie de liberalismo estatizante, jabuticaba capaz de dar nó na cabeça de qualquer vencedor do Nobel de economia.

O senador tratou de não brigar com a realidade ao perceber a existência, na população, de uma defesa entusiasmada de teses de liberdade econômica, vista como caminho único para a prosperidade. Isso, desde que combinada com a permanência e, quiçá, ampliação da rede de proteção social.

Algo como um mix do liberalismo me-engana-que-eu-gosto de Pablo Marçal com o paternalismo estatal plantado por Getúlio Vargas e cultivado ao longo de décadas, principalmente durante os governos petistas.

Motociclistas que se veem como empreendedores são capazes de criticar o peso do Estado e dos impostos, mas sabem que, no caso de suas frequentes quedas, poderão contar com o SUS. E aí de quem falar em mexer no Farmácia Popular, no Bolsa Família, no Pé-de-Meia.

Posto Ipiranga imposto a Jair Bolsonaro para dar o grito de independência ou morte capaz de ensurdecer as margens plácidas do estatismo pátrio, Paulo Guedes foi obrigado a engolir doses cavalares de intervenção governamental da economia quando seu chefe — como Lula (PT) faz agora — recorreu ao orçamento federal para embalar programas que seriam capazes de garantir sua reeleição (que acabou não sendo obtida).

Para ser justo com motociclistas e com tantos outros jovens que, cansados da estratificação social brasileira, encontram no empreendedorismo e no sonho do negócio próprio a única saída viável para a possibilidade de romper com o ciclo de pobreza que marca suas famílias, geração após geração: essa combinação de liberalismo de fachada e de vida à sombra do Estado apenas reproduz a lógica e as práticas de elites brasileiras que sempre viveram às custas dos cofres públicos.

Representantes da elite que reclamam de políticas públicas como Bolsa Família e de Benefício de Prestação Continuada e que pregam mais e mais medidas restritivas para a previdência social fazem cara de paisagem diante dos incentivos fiscais federais, que devem chegar a R$ 900 bilhões em 2026 (a conta é do Unafisco Nacional, Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil).

O pacote inclui impostos não arrecadados com o Simples, com a Zona Franca de Manaus, com o agronegócio, dividendos pagos a empresários, descontos com consultas médicas e planos de saúde de quem tem grana para bancá-los. Na lista estão também isenções de pagamento ao INSS da contribuição patronal de entidades filantrópicas, algo que só aumenta o rombo do sistema de pagamento de aposentadorias e pensões.

Ao defenderem a esquisita e contraditória fusão entre a liberdade econômica individual amparada pela rede de proteção do Estado, uma grande parcela de brasileiros que vive no porão ou no térreo apenas reproduz o que aprendeu com o pessoal da cobertura. O problema é que a conta não fecha.

EDITORIAL

Voto, o instrumento universal democrático

Em uma democracia, o voto é muito mais do que o cumprimento de uma obrigação legal: é um instrumento de participação política, expressão de cidadania e construção do futuro coletivo. Por meio dele, cada cidadão tem a oportunidade de influenciar os rumos do país, do estado e do município. Por isso, mesmo diante da insatisfação com os candidatos ou da descrença na política, votar continua sendo importante.

É compreensível que muitos eleitores se sintam decepcionados com promessas não cumpridas, escândalos de corrupção e a distância entre os representantes e as necessidades da população. Essa frustração, no entanto, não deve ser confundida com indiferença. Quando alguém deixa de se interessar pelas eleições, abre mão de uma oportunidade de manifestar sua opinião sobre os caminhos que a sociedade deve seguir.

Nesse contexto, o voto branco ou nulo também merece reflexão. Embora essas opções não sejam contabilizadas como votos válidos e, portanto, não interfiram diretamente na escolha do candidato eleito, elas representam uma decisão individual. Podem expressar descontentamento, rejeição às alternativas apresentadas ou a percepção de que nenhum candidato merece confiança. O eleitor tem o direito de fazer essa escolha, e ela deve ser respeitada.

Entretanto, é fundamental compreender que votar em branco ou nulo não anula a eleição nem impede que os candidatos mais votados sejam eleitos. A decisão de não escolher um nome específico não elimina as consequências do resultado eleitoral. Por isso, é importante que cada cidadão conheça as regras do processo e faça sua escolha de maneira consciente, considerando as propostas, a trajetória e o compromisso dos candidatos com o interesse público.

O exercício da cidadania, porém, não termina diante da urna. A participação democrática também exige acompanhar os eleitos, cobrar transparência, fiscalizar o uso dos recursos públicos e defender direitos. O voto é um começo, não o ponto final da responsabilidade política.

Em tempos de polarização e descrédito nas instituições, valorizar o voto significa reconhecer que a democracia depende da participação de todos, inclusive daqueles que estão insatisfeitos. Votar em um candidato, optar pelo branco ou pelo nulo são decisões distintas, mas devem ser tomadas com consciência e responsabilidade.

A democracia não exige concordância absoluta, mas pressupõe participação, informação e respeito às escolhas individuais. Afinal, mais importante do que votar por obrigação é compreender o significado desse gesto. Mesmo quando não encontra uma opção que o represente, o cidadão não deve abrir mão de refletir sobre o futuro coletivo. Uma sociedade democrática se fortalece quando seus eleitores entendem que participar é um direito, uma responsabilidade e uma forma de fazer ouvir sua voz.

OPINIÃO DO LEITOR

Eleições 2026

Faça bom uso de seu voto. Serão eleições livres e democráticas neste domingo 25? Se não votarmos com a consciência, coitados de nós!

José Ribamar Pinheiro Filho, Brasília - Distrito Federal

Contribuições por e-mail: endereço@correiodamanha.net.br

Correio da Manhã FUNDADO EM 15 DE JUNHO DE 1901

Edmundo Bittencourt (1901-1929) ¦ **Paulo Bittencourt** (1929-1963) ¦ **Niomar Moniz Sodré Bittencourt** (1963-1969)

www.cm.com.br

Publisher
CLÁUDIO MAGNAVITA
redacao@correiodamanha.com.br

REDAÇÃO
Affonso Nunes (editor #cm 2) Gabriela Gallo, Ive Ribeiro, Marcelo Perillier, Pedro Sobreiro, Rudolfo Lago (editor), William França e Rafael Lima (Coordenador editorial)
Serviço noticioso: Folhapress e Agência Brasil

EDITORIA DE ARTE
Coordenação: José Adilson Nunes (projeto gráfico); Diagramação: Anderson Sá, Ricardo Gomes (projeto gráfico) e Thiago Ladeira - Marcos Lima (Gestor de TI)

TELEFONES
(21) 2042 2955 **Whatsapp:** (21) 97948-0452 | (11) 3042 2009 | (61) 4042-7872

RIO DE JANEIRO
Av. João Cabral de Mello Neto 850 Bloco 2 Conj. 520
Rio de Janeiro - RJ
CEP 22775-057

BRASÍLIA
ST SIBS Quadra 2 conjunto B Lt 10 - Nucleo Bandeirantes
Brasília - DF
CEP 71736-202

SÃO PAULO
Av. Francisco Matarazzo, 1752, sala 2317, Água Branca - São Paulo-SP, - CEP 05001-200
Campinas: Avenida Aquidabã, 766, Sala 51, Centro - Campinas-SP, CEP 13026-510

Os artigos publicados são de exclusiva responsabilidade dos autores e não necessariamente refletem a opinião da direção do jornal